



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política

A fragmentação do poder estatal na crise contemporânea do capital

Lana Carrijo de Felipe Rodrigues¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de refletir sobre o significado da coerção que o Estado exerce no capitalismo contemporâneo, relacionando o acirramento da crise estrutural do capital com o aumento da repressão estatal. Entendemos que a crise contemporânea não indica apenas um cenário de retrocesso social, mas o início do processo de declínio da sociedade capitalista. Em consequência da expulsão crescente da força de trabalho pela racionalização técnica, paralela à expectativa cada vez menor de sua reabsorção pelo mercado, principalmente após a Terceira Revolução Industrial. O nível de produtividade alcançado, se desconecta cada vez mais da capacidade de consumo e aproxima o capital de seu limite absoluto de valorização. Ao mesmo tempo, o abismo que se aprofunda pela desigualdade social precisa ser administrado pelo Estado, enquanto o próprio aparelho estatal entra em ruína junto com o capital.

Palavras-chave: Estado - coerção; Crise do capital; Fragmentação global.

The fragmentation of state power in the contemporary crisis of capital

Abstract: This article aims to reflect on the meaning of the coercion that the State exercises in contemporary capitalism, relating the intensification of the structural crisis of capital with the increase in state repression. We understand that the contemporary crisis does not just indicate a scenario of social regression, but the beginning of the process of decline of capitalist society. As a result of the increasing expulsion of the workforce due to technical rationalization, parallel to the decreasing expectation of its reabsorption by the market, especially after the Third Industrial Revolution. The level of productivity achieved becomes increasingly disconnected from consumption capacity and brings capital closer to its absolute limit of appreciation. At the same time, the abyss that is deepening due to social inequality needs to be managed by the State, while the state apparatus itself falls into ruin along with capital.

Keywords: State - coercion; Capital crisis; Global fragmentation.

1. Introdução

Nas últimas décadas temos experimentado um crescimento significativo do uso da força policial no cotidiano da vida urbana, assim como a utilização das forças armadas como recurso de “pacificação” do espaço público, a partir da justificativa do aumento da violência, o que corrobora com o famigerado discurso de que estamos vivendo um “estado de guerra”. No qual a existência de um “inimigo interno” se torna o cerne da narrativa e serve de bode expiatório para todas as dificuldades que o capitalismo enfrenta para resolver suas próprias contradições internas.

Partimos da premissa de que a repressão estatal acompanha o avanço do

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSS/UFRJ. Email: lana.carrijo@gmail.com

neoliberalismo, que responde à necessidade do capital de conter minimamente a “coesão social” em torno de determinadas noções de desenvolvimento econômico e segurança nacional, apesar das forças centrífugas que o capitalismo em crise exerce sobre o mundo globalizado.

Com isso, queremos nesse breve texto, relacionar a função coercitiva do Estado com o contexto de crise contemporânea do capital, no momento em que a construção da cidadania através do trabalho assalariado se vê ameaçada pelo agravamento do desemprego estrutural. A crise atinge, portanto, as dimensões materiais e culturais da sociedade capitalista. O fracasso do próprio neoliberalismo em colocar a economia de volta em crescimento, amplia o nível da repressão estatal contra determinada parcela da população, supérflua para o mercado, e que o Estado vai descartando em seu processo de decomposição e perda do monopólio da violência.

Pretendemos indicar que esse cenário reflete o processo de fragmentação de um poder estatal que historicamente concentrou o monopólio da violência direta². E que esse processo está fundamentalmente conectado aos limites que se colocam para a expansão do capital. Para tanto, procuramos destacar os elementos de descontinuidade, no que se refere à função repressiva do Estado a partir da crise estrutural do capitalismo.

2. Estado, Capital global e as economias nacionais

Sabemos que o Estado moderno opera a manutenção da ordem capitalista através da ação repressiva e da produção do medo, mecanismos que aliados ao conjunto de instituições democráticas e formas jurídicas, são fundamentais para a adequação dos indivíduos ao desenvolvimento da sociedade de mercado. Nessa relação intrínseca, Estado e mercado historicamente se complementam no processo de produção de valor.

Gramsci (2011) afirma que as funções do Estado se ampliam entre finais do século XIX e início do século XX, reconhecendo o papel ativo da sociedade civil e seus novos significados, em consequência do processo de maior socialização da política que ocorre nesse período. A maior participação das massas de trabalhadores na luta de classes, em grande parte devido a um salto no desenvolvimento do capitalismo, fez com

² Como assinala Coutinho (1982), “Marx, Engels e Lênin examinaram também a estrutura do Estado: indicaram na repressão(...) o modo principal através do qual o Estado em geral (e como tal, também o Estado capitalista liberal) faz valer essa sua natureza de classe. Em suma: os clássicos, tendencialmente, identificam o Estado – a máquina estatal - com o conjunto de seus aparelhos repressivos” (p.74).

que surgisse “uma esfera social nova, dotada de leis e funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico, quanto dos aparelhos repressivos do Estado” (COUTINHO, 1982, p.75).

No plano político, Gramsci acredita na estratégia da “guerra de posições”, que significa a busca permanente pela hegemonia dentro das instituições relacionadas à direção política, não somente do Estado em sentido restrito, mas disputar também esferas da sociedade civil que possuem relativa autonomia política. Conforme o autor, “um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente (hegemônico) já antes de conquistar o poder governamental (...) essa é uma das condições principais para a própria conquista do poder” (COUTINHO, 1982, p.81).

Mas em Gramsci também encontramos ressalvas que indicam sua preocupação com a historicidade de programas políticos, inclusive socialistas, no que se refere às consequências políticas desse processo de incorporação pelos trabalhadores das funções do Estado, que poderiam levar a “deformações burocráticas” em que o Estado “teria uma dinâmica própria, gerando interesses que apontam para sua perpetuação. Daí a necessidade de uma permanente “crítica socialista” (...)”. (COUTINHO, 1982, p.83-84).

Para ele, o Estado - coerção, seria uma forma social transitória até que o desenvolvimento cultural e moral atingisse determinado grau em que os indivíduos se autogovernariam, numa espécie de “vida estatal autônoma”. Em que gradativamente os sujeitos alcançariam o “autogoverno dos produtores associados”. (GRAMSCI, 2011). Dessa forma, o autor trabalha com a ideia de superação das funções coercitivas do Estado.

Mas por acreditar numa “construção econômica do socialismo”, não observa que na verdade o Estado, por sua própria natureza, só pode desenvolver uma democracia de mercado, e com ela formas culturais e sociais cada vez mais autonomizadas, no sentido de uma incessante mercantilização do mundo, e não pela via da apropriação cultural dos sujeitos em relação à produção material da vida. A partir do capitalismo em crise, é principalmente o aumento da repressão, que tenta dar conta da dificuldade de legitimação do Estado democrático.

Devido ao imperativo da concorrência, após as relações capitalistas se

expandirem ao ponto de formar uma economia mundial, cada capital nacional busca proteger o seu próprio mercado, capturar o máximo de lucro e exportar as piores condições de trabalho para não ter que arcar com os prejuízos da produção predatória e degradante. Essa é a dinâmica básica do capital globalizado e os vencedores são aqueles que saem na frente na corrida pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Entretanto, a partir da globalização, compreendida como um movimento que é consequência e ao mesmo tempo resposta à crise do capital (BOTELHO, 2018), não é mais possível retornar aos desenvolvimentos regionais sem produzir uma grande desvalorização. O que reduz ainda mais a capacidade interna dos Estados nacionais resolverem suas próprias contradições de forma autônoma.

Lowy e Sader (1979), apontam, já no final da década de 1970, os indícios dessa relação orgânica entre a política e as condições da economia nacional, que não eram favoráveis ao crescimento industrial dos países latino americanos devido às próprias contradições internas da acumulação capitalista, e o papel da repressão diante desse novo contexto

As condições políticas mais propícias ao desenvolvimento da industrialização capitalista na periferia na etapa atual da acumulação capitalista (e falamos de etapa num sentido internacional, pois é independente do nível alcançado em cada país por sua indústria; são as condições internacionais da acumulação que não permitem a repetição de processos de substituição de importação para mercados nacionais relativamente fechados como nos anos 30) são as que garantem a repressão às formas elementares de resistência das classes trabalhadoras. (p.69)

Não se pretende com isso afirmar que a forma autoritária da ditadura militar foi inevitável para a formação social brasileira, mas destacar o papel que a repressão cumpriu no desenvolvimento do capitalismo. E que na conjuntura mais recente, com o capitalismo globalizado, as condições da repressão estatal só podem ser analisadas em sua relação com a crise estrutural e com as mudanças desse século em relação ao contexto do pós-1945. Uma vez que com o capitalismo desenvolvido a defesa dos interesses nacionais entra em contradição com uma economia cada vez mais imediatamente global, em que os Estados – Nação dependem diretamente da economia de bolhas financeiras e do capital fictício.

Botelho (2018) chama a atenção para o crescimento da importância

econômica das chamadas “cidades globais”³, que ao mesmo tempo expressam uma enorme fragmentação social, na medida em que concentram taxas de desemprego muitas vezes maiores que a média do país. Indicando que a grande atividade econômica dessas cidades consideradas “desenvolvidas”, que atraem as pessoas em busca de melhores condições de trabalho, não se traduz em oferta de emprego e maior qualidade de vida aos seus cidadãos.⁴

O autor se refere a esse fenômeno como um processo de desconexão territorial. Tanto no interior da metrópole, com a expansão das periferias e de força de trabalho supérflua sendo cada vez mais reprimidas pelo Estado, e ao mesmo tempo convivendo com uma minoria que ainda permanece integrada aos circuitos da mercadoria através do trabalho formal. Quanto no aspecto externo das relações de mercado, que permite às cidades globais ultrapassarem os limites da esfera nacional devido à grande mobilidade do capital, que não está mais atrelado necessariamente ao território, mas tem no mercado de capitais o seu principal motor.

Essas mudanças na geopolítica do capital são fundamentais para pensar a escalada de violência que esse processo de fragmentação global produz, desde o sentido econômico com a concorrência dos mercados regionais, como no sentido cultural com a erupção de sentimentos nacionalistas invocados como tentativa de impedir que a crise provoque a implosão do pacto social que existe em torno da sociedade do trabalho. Ao mesmo tempo que “os Estados, devido à falta de recursos financeiros, abandonam à sua própria sorte uma parcela cada vez maior da população, roubando-lhe o direito à cidadania. As autoridades, enfim, buscam apenas manter o controle militar sobre os setores “extraterritoriais” da miséria e da barbárie.” (KURZ, 1995).

Não à toa surgem organizações “supranacionais” como OTAN, no caráter

³ Considerando que “uma cidade global (cidade mundial, na tradução literal) é um centro urbano com importância e influência global determinada, entre outras características, pela existência de uma bolsa de valores de grande magnitude financeira, com sedes de grandes corporações multinacionais, sistema aeroportuário amplo, setor sofisticado de serviços e escritórios, centro de tecnologia avançada e museus de referência.” (p.702)

⁴ Segundo Botelho (2018): “em 2030, as 750 maiores cidades do mundo terão 30% dos empregos do planeta, um índice proporcionalmente inferior à população que apresentarão (35%), assim como muito abaixo da riqueza mundial nelas concentrada (61%). Isto é um indício claro de que, no capitalismo avançado, a produção econômica não é necessariamente acompanhada de uma criação de oportunidades de trabalho: há uma desconexão cada vez maior entre produção e trabalho.” (p. 699).

militar como polícia mundial e ONU na dimensão do desenvolvimento social, criadas para garantir um ambiente seguro aos investimentos estrangeiros de capital e fazer funcionar o mercado global. Além de blocos regionais de países que procuram reduzir as perdas na sua capacidade competitiva. Mas que também tem se mostrado insuficientes para superar os obstáculos impostos à valorização do capital desde a Terceira Revolução Industrial. Dessa forma “a reconfiguração do poder mundial por meio do acirramento do conflito entre blocos de poder indica não o fim da globalização, mas a entrada em uma nova era de instabilidade global e de escalada militar.” (BARREIRA, 2022, p. 79).

3. Crise do capital e repressão estatal

No último meio século, as crises são sucessivas e sem nenhum horizonte de crescimento amplo da economia. Como pode ser identificada na crise do dólar (perda do lastro do ouro) na década de 1970, com o deslocamento progressivo do centro da economia para o mercado financeiro, a crise de 2008 que resultou em um efeito cascata em diversos países, devido ao grau de internacionalização do capital, e ainda com a crise da pandemia de covid-19, que inclui o agravamento da destruição ambiental. Nesse sentido,

Não temos apenas um mero “desemprego tecnológico”, de manifestação temporária, decorrente da aplicação das renovações técnicas aos processos produtivos. A revolução microeletrônica provocou uma dissociação entre o ritmo de crescimento da economia e a geração de empregos, ou seja, a velocidade de racionalização dos processos de produção não é mais acompanhada por uma expansão dos mercados. (BOTELHO, 2018, p.702)

O endividamento dos Estados atingiu novas proporções. O papel que o sistema de crédito cumpre no capitalismo desenvolvido se diferencia do que ocorria no século XX, no sentido de abrangência e de importância para a manutenção da reprodução capitalista. Como assinala Kurz (1995), com o capitalismo desenvolvido, “O Estado não mais se financia, portanto, só com os impostos, que ele cobra graças à sua pretensão de soberania e graças ao seu monopólio da força, mas toma dinheiro emprestado dos seus cidadãos, como um participante comum do mercado financeiro” (p.199).

Esse mecanismo, de lançar mão do crédito, assim como de imprimir dinheiro, à longo prazo se torna potencializador de crises, uma vez que, como qualquer outro agente do mercado, o Estado precisa reinvestir de forma produtiva para que possa quitar ou atualizar o empréstimo, do contrário a desvalorização é inevitável. Desde finais da

década de 1970, entretanto, “ocorre que o crédito do Estado é gasto, na sua maior parte, não para fins de utilização produtiva, mas justamente para as múltiplas atividades de consumo do Estado, que não são um luxo⁵, mas uma necessidade sistêmica (sem que sejam produtivas no sentido da valorização)” (KURZ, 1995, p.200). Estas atividades são improdutivas do ponto de vista do valor, mas concretamente indispensáveis para o atual padrão de vida social.

Com isso, não se pretende reforçar o economicismo da análise, como na ideologia neoliberal que ataca os “gastos excessivos do Estado” para defender a liberdade do mercado. Mas assinalar que desde o fim do século XX, “os custos sistêmicos da economia de mercado estão começando a superar, em termos absolutos e irreversíveis, os seus rendimentos” (KURZ, 1995, p.202). E ressaltar que “o Estado não é um agente ou um espaço neutro que estabelece uma relação de externalidade em relação ao capital” (BLANK, 2014, p.4), visto que as contradições estatais estão principalmente relacionadas ao seu papel imanente da forma mercadoria.

A política, nesse sentido, possui um papel secundário diante da economia. Sendo assim, o neoliberalismo representou uma tentativa de superar os efeitos da crise estrutural⁶. Para além de uma questão de vontade política, portanto, a reprodução do mercado não seria possível sem que o Estado servisse como pagador infalível.

A existência de um setor estatal que cresce constantemente é ao mesmo tempo algo indispensável e um obstáculo para o processo de acumulação. De um lado, a valorização só pode funcionar, do ponto de vista das empresas individuais, se contar com inúmeras condições sociais e de infraestrutura, que são providas pelo Estado. [...] De outro lado, nenhum desses empregos nos setores públicos gera lucro, mas, ao contrário, eles precisam ser sustentados direta ou indiretamente, por meio de impostos e taxas, pelo setor que produz valor. (LOHOFF, 1999)

Desse modo, desde a década de 1980 a produção capitalista vem perdendo a capacidade de gerar crescimento econômico aliado à integração social pelo trabalho e pelo consumo. Em razão da crescente eliminação do trabalho formal que a racionalização técnica provocou desde o avanço da microeletrônica, sem que o mercado consiga

⁵ “O nível civilizatório da infraestrutura, da formação profissionalizante e da ciência, da saúde pública, dos meios de transporte público, da eliminação do lixo e dos resíduos, etc., não é um luxo, mas uma necessidade para manter em funcionamento a própria acumulação do capital.” (KURZ, 1995, p.203)

⁶ Como assinala Lohoff (1999), “Onde a participação estatal sofreu um declínio temporário, foi sempre devido apenas à venda da prataria estatal (empresas estatais produtivas) ou a redução foi à custa da posição competitiva do país em longo prazo (abandono da infraestrutura).”

reabsorver essa força de trabalho em novos setores de produção.

A contradição mais fundamental da lógica capitalista começa a impor os seus limites. Ao agir contra a sua própria substância, reduzindo constantemente o trabalho vivo dos processos produtivos, o capital reduz também a massa de valor global da qual precisa se apropriar para garantir sua reprodução em escala ampliada. Isso sem contar com os limites de expropriação dos recursos naturais, cada vez mais impostos também pela crise ecológica.

Essa redução da massa de valor global, provocada pelo constante incremento da mais valia relativa nos processos de trabalho, impacta também as funções do Estado, porque reduz conseqüentemente a arrecadação do fundo público. A sua relativa autonomia frente ao capital se torna cada vez menor, porque o Estado depende do movimento da economia global. Os rebatimentos desse processo se dão em todos os âmbitos, visto que “as funções estatais de *acumulação, legitimação e repressão* constituem uma unidade que concretiza em cada momento histórico a tentativa geral de estabelecer e universalizar a forma-mercadoria, que concretiza o vínculo orgânico entre Estado e valor.” (BLANK, 2014, p.4).

Ainda que historicamente as economias periféricas transfiram valor para as economias centrais através do chamado “intercâmbio desigual de mercadorias” devido às suas capacidades produtivas distintas, observamos um processo de precarização do trabalho e corrosão do poder de compra, mesmo nas economias mais avançadas em termos de proteção do trabalho⁷. O qual está mais próximo, no momento atual, de um movimento compensatório da redução de lucros, do que de um mecanismo para a expansão do capital, como no ápice da fase imperialista.

Trenkle (2020) explica sobre o valor produzido pelo trabalho precarizado,

⁷ Como expressão desse processo de regressão, segundo reportagem do Jornal britânico “*The Guardian*”: “Alguns dos varejistas mais conhecidos do Reino Unido, incluindo WH Smith, Marks & Spencer, Argos e LloydsPharmacy, estão no topo de uma lista de mais de 200 empresas multadas coletivamente em £ 7 milhões por não pagar o salário mínimo legal.”. Ver <https://www.theguardian.com/society/2023/jun/21/uks-best-known-retailers-top-list-of-firms-fined-7m-over-pay-breaches>.

Se na Europa, por exemplo, uma confecção altamente automatizada produz milhares de peças por hora, uma costureira numa favela chega talvez a três ou quatro peças por dia, o que está muito acima do padrão de tempo de trabalho socialmente necessário estabelecido pela fábrica high-tech. Isso significa que seu trabalho representa uma quantidade quase desprezível de valor em relação ao padrão de produtividade vigente. [...] portanto, não podem servir (os trabalhos precarizados) de base para um novo impulso autônomo da acumulação de capital – mesmo que, naturalmente, aumentem os lucros das empresas individuais e das cadeias comerciais envolvidas[...]. (p.44)

Sendo assim, o Estado por sua vez, como instituição que depende da acumulação de capital para financiar as suas próprias atividades,

não pode deixar de se envolver ou tentar garantir a reprodução desses novos mecanismos de acumulação. Mas, por outro lado, se essa acumulação não gera imediatamente legitimação, novos mecanismos de legitimação devem ser criados. E diante da insuficiência destes, mecanismos de repressão devem ser acentuados. (BLANK, 2014, p.9)

Dessa forma, as funções repressivas do Estado se exacerbam, na medida em que a capacidade de regulação social diante das condições do desenvolvimento capitalista se torna cada vez mais comprimida pela crise. A política neoliberal, portanto, não resolveu o problema da recessão econômica, assim como aprofundou o quadro da violência direta do Estado.

Nesse sentido, um projeto anticapitalista não se encerra na crítica ao neoliberalismo, porque este em si representa um sintoma do fracasso sistêmico do Estado e da política. Em razão disso, cada vez mais se torna uma ilusão que “o capitalismo de ontem está pronto na gaveta, acessível a qualquer momento como conceito alternativo de futuro. Os instrumentos já ineficazes na década de 1970 são impotentes nas condições ainda mais estreitas de capitalismo globalizado” (LOHOFF, 1999).

4. O papel da coerção estatal na crise contemporânea do capital

Na conjuntura brasileira temos acompanhado o aumento da violência aberta e de forma difusa na vida social, expressa no crescimento das milícias, da militarização do espaço urbano e na criminalização da pobreza através da “guerra contra as drogas”. O que nos interrogamos, entretanto, é se a expansão e complexidade desses fenômenos, além de atuarem como diferentes faces do próprio Estado sobre o território periférico, também expressam as mudanças na estrutura política, ideológica e econômica desencadeadas pelo agravamento da crise do capital.

O desemprego estrutural, fator crucial para compreender esse processo,

produz um asselvajamento da luta pela sobrevivência., com explícitas disparidades de gênero e raça. As condições de vida da população são reduzidas ao nível da fome e nesse cenário a divisão sexual e racial do trabalho reforça a sua natureza desigual. Conforme divulgado pelo 2º Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN), “o fato de o chefe da família possuir ou não um emprego formal é uma condição fundamental para a presença ou não da fome no lar. Nos lares chefiados por pessoas negras onde havia desemprego ou trabalho informal, a fome se impôs em metade deles”⁸. Isso diante do cenário em que “entre a população ocupada, 21,6 milhões de pessoas estão em empregos subutilizados e outros 38,2 milhões estão na informalidade. Esses dois grupos representam 59,8 milhões de brasileiros.”⁹

Queremos com isso não apenas destacar que essa situação do “mundo do trabalho” expressa a barbárie da acumulação de capital, que se apropria de modo brutal do valor produzido pela força de trabalho através da superexploração. Mas relacionar essa condição miserável com o estágio desenvolvido da produção capitalista que, em meio à crise, torna a maior parte dessas pessoas descartáveis ou “não rentáveis” para a valorização do valor (KURZ, 2005), visto que esses números já são alarmantes mesmo sem incluir a taxa de desocupação e o desemprego de longo prazo.

No Rio de Janeiro, uma “cidade global”, as periferias e favelas passam a ser espaços de segregação dos excluídos da sociedade do trabalho, que recorrem à “viração” para sobreviver,

Fazia sentido, nas décadas de 1960 e 1970, apontar para o “mito da marginalidade” das favelas cariocas demonstrando sua rede de conexões com a economia dos demais estratos sociais. Entretanto, com o desemprego abrangente e a formação de mercados empobrecidos internos às próprias comunidades, as favelas se tornam símbolos expressivos dos excluídos da sociedade do trabalho e rejeitados pela economia de mercado, já que nem mesmo sua força de trabalho é mais passível de mercantilização informal e precária. (NESIMI; BOTELHO, 2020, p.302)

Um dos principais mecanismos de administração, por parte do Estado, dessa

⁸Pesquisa divulgada pela Carta Capital em 26/06/2023. Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fome-atinge-uma-a-cada-cinco-familias-chefiadas-por-pessoas-pretas-no-brasil-aponta-pesquisa/>.

⁹<https://www.cartacapital.com.br/economia/desemprego-chega-a-86-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro-diz-ibge/>.

massa sobrança que não encontra emprego resulta no encarceramento, principalmente da juventude negra, pobre e favelada¹⁰. Como assinala Davis (2019), “a expectativa social dominante é de que homens jovens negros, latinos, nativos americanos e oriundos do sudeste asiático – e cada vez mais também mulheres – passem naturalmente do mundo livre para a prisão, onde se supõe que seja seu lugar.” (p.84)

No imaginário simbólico popular se constrói a figura do inimigo interno e da guerra cotidiana, sobre a qual o Estado precisa usar seu aparato repressivo e para isso investir em segurança pública. Mas um projeto de “segurança” que se limita às forças policiais e militares, à garantia da “ordem”, em sentido da ordem burguesa. Através dessa narrativa, a violência retorna como protagonista na função de organizadora da vida social, após um breve período em que as políticas de proteção social ensaiaram cumprir esse papel, mas foram solapadas pelo neoliberalismo e o acirramento da crise.

Há um nexu entre guerra e política, que se relaciona com a política contemporânea, porque a guerra foi muitas vezes a própria política utilizada para o desenvolvimento capitalista. Na “guerra de reordenamento mundial” contemporânea o nexu entre guerra, economia e política consiste numa articulação para conter e adiar o esgotamento do capitalismo, através de um Estado de guerra permanente (MENEGAT, 2019).

Esse processo, na formação brasileira¹¹, aprofunda cortes de gênero, cor e classe que historicamente determinaram os alvos que serão eliminados, pelo Estado, pelo mercado de trabalho e pela mídia hegemônica,

O estereótipo do bandido vai se consumando na figura de um jovem negro, funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda. (MALAGUTI, 2003, p.36)

Essa caracterização das favelas como espaços privados da violência

¹⁰ “[...] 77% dos homicídios cometidos no Brasil são contra jovens negros pobres, de acordo com o Mapa da Violência de 2014. E são também os negros favelados que engrossam as estatísticas da massa encarcerada. Segundo o Levantamento Nacional de Informação Penitenciária (INFOPEN) de 2014, pretos e pardos representam 61,6% da população carcerária.” (SOUZA, 2020, p. 21).

¹¹ Como destaca Malaguti (2003), “No Brasil, o projeto de construção da ordem burguesa é bastante diferente. O fenômeno da escravidão desenvolve uma realidade social absolutamente violenta. Ou melhor, a violência é um elemento constitutivo da realidade social brasileira. Ao trabalho compulsório do negro soma-se a despersonalização legal do escravo; o escravo era mercadoria, não era sujeito. (p.38)

(SOUZA, 2020), serve para despolitizar a questão da segurança pública, que exige uma análise mais ampla e profunda sobre os elementos em disputa, no âmbito político e econômico, considerando a relação orgânica do mercado ilícito com a reprodução do capitalismo. Aspectos que na linguagem midiática predominante são silenciados pelo sensacionalismo e criminalização da pobreza.

Como apontam Serra e Souza (2020), a partir das noções de Agamben sobre o *Estado de Exceção*, o Estado “reforça o aparato-autoritário dentro da lei ao mesmo tempo que torna ambígua a fronteira entre legalidade e ilegalidade. [...] seria então o espaço político em que a violência é justificável mesmo quando fere diretamente a normal legal porque permite que os mecanismos de guerra sejam acionados”. (p.208).

Essa dinâmica produz o que alguns autores chamam de indistinção entre guerra e paz, num processo de militarização das forças policiais e policialização das forças armadas (SERRA; SOUZA, 2023). Mas diferente dos autores que consideram esse fenômeno como parte da destruição do Estado, defendemos que esse processo de corrosão do poder estatal e seu monopólio da violência se deve as contradições do capitalismo que vão se acirrando ao longo do seu desenvolvimento, o que coloca em xeque a sua soberania econômica e legitimidade social. E não devido à atores externos que manipulam a máquina estatal de acordo com seus interesses particulares. Ainda que fenômenos como a corrupção também exerçam seu papel na manutenção das desigualdades.

O Estado não possui mais o monopólio da violência, um exemplo desse processo é a formação das milícias (que na sua forma moderna, existe como herança das polícias militares criadas durante a ditadura), e a sua relação cada vez mais intrínseca com o poder público, sendo formada em sua maior parte por agentes do próprio Estado, na aproximação do militarismo com a esfera política. O que permaneceu mesmo após a redemocratização, fazendo com que a violência e as ideologias conservadoras, principalmente religiosas, ganhassem força desde os anos 1990 com o aprofundamento da crise e a decomposição social (MENEGAT, 2019).

Sendo assim, apesar de constante, a violência não expressa sempre o mesmo contexto. Entre finais do século XIX e início do século XX, a expansão do capitalismo ainda produzia cada vez maiores contingentes de trabalhadores assalariados e a questão social emergia das lutas que eram travadas contra as condições miseráveis de exploração

da classe trabalhadora. Contudo, a situação muda significativamente quando a disputa se dá pelas últimas vagas de emprego e pela possibilidade de ao menos conseguir ser explorado diante da eliminação crescente do trabalho produtivo devido às novas tecnologias.

Não há perspectiva de ampliação dos postos de emprego. A quantidade cada vez maior da massa sobrando que é descartada pela Terceira Revolução Industrial modifica também a correlação de forças e o poder de negociação dos trabalhadores por melhores condições para vender sua força de trabalho. A tentativa de defender o trabalho como base da luta tem demonstrado tanto a sua impossibilidade concreta, como também a sua compatibilidade com o fetiche da mercadoria, ao não questionar as especificidades destrutivas do dinheiro, principalmente quando o mercado se torna mundial.

A ficcionalização da riqueza proporciona a falsa impressão de normalidade na acumulação capitalista e um possível desenvolvimento nacional com ampliação do mercado de trabalho formal. As mudanças no “mundo do trabalho”, se entendido apenas como mais um processo de reestruturação produtiva, perde de vista que o avanço da microeletrônica trouxe particularidades para a base da valorização do valor. Uma sofisticação dos processos produtivos que abrangem a indústria, mas também a agricultura e os serviços, eliminando mesmo grande parte das atividades de operar as máquinas, substituídas por robôs.

Por outro lado, a violência nesse momento é utilizada como recurso, não para absorver os indivíduos à máquina de trabalho do capital como no início da expansão capitalista, mas para conter a população que foi descartada pelo seu desenvolvimento. Essas formas de gestão, entretanto, seja com relação à regressão das políticas sociais ou com o endividamento público cada vez maior para alimentar o funcionamento da economia, apenas adiam o colapso do mercado e agravam a miséria social que a sociedade do trabalho vem produzindo ao expulsar cada vez mais o trabalho humano.

5. Considerações finais

A partir da chave de análise apresentada, procuramos apontar a relação imbricada entre as funções do Estado e a economia, principalmente no que se refere ao aspecto da repressão armada e a violência que a coerção muda do capital provoca na vida dos indivíduos sob o imperativo do trabalho assalariado. E que as mudanças que vêm

ocorrendo no âmbito da produção de valor são consequência do próprio caráter contraditório do capitalismo e do papel fundamental que o Estado cumpre nessa dinâmica.

Consideramos que os desmontes sociais realizados pela política neoliberal são resultado não apenas do caráter burguês do Estado, mas do acirramento da crise estrutural do capitalismo, que começa a esbarrar nos seus limites lógicos e concretos de reprodução. Defendemos que se trata do início do processo de declínio do capitalismo, onde as condições do mercado globalizado se confrontam com projetos de desenvolvimento nacional, no estilo neokeynesiano, com protagonismo do Estado na política econômica e nos investimentos sociais.

Contudo, as novas condições colocadas pelo desenvolvimento do capital, exigem uma perspectiva política que considere o processo de crise real da economia, com consequências severas para o trabalho formal. Que considere as noções de limite da valorização e não apenas como falácia neoliberal que serve aos interesses da pequena burguesia. Não para afirmar a autodestruição do capital, mas para rever alguns pressupostos teóricos diante das disputas por diferentes projetos societários, com o objetivo de aproximar os fundamentos da questão social da realidade objetiva do tempo presente e construir alternativas possíveis, para além do capitalismo de Estado.

6. Referências

BARREIRA, Marcos. Dinâmica de escalada e fragmentação global: a luta pela Ucrânia. **Revista Margem Esquerda**. Boitempo. n.39, 2º semestre/ 2022, pp. 66-81.

BLANK, Javier. Acumulação sem legitimação e o recrudescimento da violência estatal. **Revista EPOS**; Rio de Janeiro; Vol.5, nº1, jan.-jun. 2014, pp.79-98.

BOTELHO, Maurílio. A metrópole para além da nação: Globalização e crise urbana. **Cad. Metropole**, São Paulo, v.20, n.43, pp. 697-716, set/dez 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4304>.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1982, p. 73-88.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2019, p. 91-112.
GRAMSCI, Antonio. “Estado e Sociedade Civil”. In: **O leitor de Gramsci** (Org. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 267-289.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 23, n. 1, p. 190-206, 1995.

_____. Seres humanos não rentáveis. Ensaio sobre a relação entre história da modernização, crise e darwinismo social neoliberal. **Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**. 2005. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz254.htm> . Acesso em 20 jun. 2023.

LOHOFF, Ernst. Pedir ao Estado: A ilusão Neokeynesiana. Jungle World, 1999. Original disponível em: <https://jungle.world/artikel/1999/24/frag-nach-beim-staat> . Tradução Marcos Barreira. Disponível em: <https://www.facebook.com/krisiseditora> . Acesso em 10 jun. 2023.

LÖWY, Michael & SADER, Eder. “A militarização do Estado na América Latina”. In: **América Latina – Cinquenta anos de Industrialização** (Org. Pedro Calil Padis). São Paulo: Hucitec, 1979, p. 59-88.

MALAGUTI, Vera. **Difíceis Ganhos Fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2003, p. 35-41.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto**. Consequência. 2019.

NESIMI, Mariana; BOTELHO, Maurílio. Das favelas às prisões: Transformações na segregação urbana no Rio de Janeiro. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 9, n. 19, 2020. Pp. 285-315.

SERRA, Carlos Henrique e SOUZA, Luís Antônio. “Quando o Estado de exceção se torna permanente: Reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil”. *Tempo Social*, **Revista de sociologia da USP**, v. 32, n. 2 - 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/fH5MCbHjVrKPc6ScHMwNvNz/?format=pdf&lang=pt>

_____, Carlos Henrique e SOUZA, Luís Antônio. “Militarização e milicianização da Segurança pública no Rio de Janeiro”. **Revista Sociologias Plurais**, v. 9, n. 1, p. 354-368, jan. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/89608/48430>

SOUZA, Renata. **Cria da Favela: Resistência à militarização da vida**. São Paulo: Boitempo, 2020.

TRENKLE, Norbert. Miséria informalizada. Sobre a relação entre o setor informal e a moderna produção mercantil. **Revista Margem Esquerda**, n.35, p.40-45. São Paulo. 2020.